

Investigação sobre crianças e televisão: a vertente da receção e a vertente da programação

Sara Pereira
Instituto de Estudos da criança
Universidade do Minho
2003

Resumo

Neste artigo procura-se enunciar um quadro global de investigação que articule as diversas vertentes da relação crianças – televisão, ou seja, a audiência, a dimensão institucional da televisão e os textos/mensagens.

Pretende-se também dar uma ideia da vastidão deste campo de estudo apresentando e situando, ao mesmo tempo, duas pesquisas neste domínio: uma, já concluída, que contempla a vertente da receção, e outra, ainda em fase de realização, que contempla a dimensão institucional, mais especificamente, a programação televisiva dirigida ao público mais novo.

Abstract

In this paper the author aims to enunciate a general research framework that combines different aspects of the relation between children and television: the television audience, the institutional dimension of this mass media and the texts/messages.

The author wishes to state the wideness of this study field by presenting and placing two different researches: the first, already concluded, on the reception; and the second, that is still under developed, on the institutional dimension of television, namely on TV programming addressed to younger audience.

A relação entre as crianças e os media, particularmente a televisão, tem sido objecto de estudo e de investigação científica em diferentes contextos sócio-culturais, embora seguindo diferentes orientações teóricas e metodológicas. Em Portugal, apesar desta temática estar presente, com alguma frequência, no discurso e debate públicos, ela continua relativamente arredada das preocupações dos investigadores. Como refere Manuel Pinto (1995), continua a dominar um certo “silêncio” neste campo de pesquisa em Portugal.

O levantamento bibliográfico da produção científica portuguesa sobre as crianças e os media no período compreendido entre 1974 e o 1º semestre de 1998 (cf. Pinto e Pereira, 1999), efectuado no âmbito do *Projecto de Investigação sobre a Infância em Portugal*, permitiu-nos verificar a escassez de trabalhos científicos produzidos neste domínio. Os estudos existentes seguem, na sua globalidade, uma orientação psicopedagógica. De facto, a psicologia é área disciplinar de referência, verificando-se também uma preocupação com as implicações dos meios de comunicação no plano educativo.

No Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho (Braga, Portugal), onde exerço funções de docente e de investigadora, tem-se vindo, desde 1988, a dedicar especial atenção à educação para um crítico e interventivo face aos meios de comunicação, materializada na leccionação de uma disciplina nos cursos de formação de professores e educadores, e num curso de especialização em ‘Educação para a Comunicação Social’. A par da docência em Educação para os Media, e no sentido de apoiar e de complementar, temos procurado trazer para a linha da frente a investigação sobre as crianças e os media, orientando-a especialmente para o campo da relação crianças - televisão.

Nos estudos que realizamos temos defendido que a actividade televisiva está longe de ser uma actividade simples e linear, como à partida possa parecer. Considerar que o consumo televisivo começa com a produção e emissão de mensagens e termina com a sua recepção, é uma forma ‘míope’ de o entender. ‘Ver televisão’ envolve uma multiplicidade de práticas sociais e de experiências que antecedem, sucedem e precedem os tempos dessa actividade.

Partimos portanto do pressuposto de que a televisão é parte integrante do quotidiano das crianças e, como tal, participa no seu processo de socialização. Procuramos compreender as experiências e as práticas televisivas das crianças situando-as no contexto mais vasto das suas práticas sociais quotidianas. Considerando a distinção proposta por McQuail (1983) entre uma orientação mediocêntrica *versus* uma orientação sociocêntrica, diremos que os nossos estudos se enquadram na segunda orientação.

Os discursos correntes, e mesmo muitas pesquisas, sobre as crianças e os media incorrem com frequência no erro de descontextualizar quer as crianças quer a televisão. Ora, o meio geográfico e o contexto familiar em que a criança vive, a idade, o sexo, o seu nível de desenvolvimento cognitivo, afectivo e social, as próprias características dos programas televisivos, constituem importantes filtros na relação que a criança estabelece com o pequeno ecrã e constituem, por isso, factores importantes quando pretendemos estudar e analisar a relação das crianças com a televisão.

Um outro aspecto que temos enfatizado é o papel activo da criança na recepção das mensagens televisivas. A imagem da criança passiva e inactiva em frente ao ecrã, partilhada frequentemente pelo senso comum, tem vindo progressivamente a ser

abandonada por diversos estudiosos a favor de uma imagem de criança activa e *actora*, a exercer influência na forma como experiência a TV e a desempenhar o papel mais activo dessa relação. Partilhamos da opinião dos autores que defendem que as crianças, ao ver televisão, realizam um trabalho activo de descodificação, pois só assim se justifica que consigam dar sentido ao que vêem e consigam utilizar as suas mensagens, mesmo noutros contextos. Contudo, não nos parecem satisfatórias nem as propostas que enfatizam o poder dos media, colocando as crianças numa posição de inerente e inevitável passividade, nem as propostas que, salientando os usos e as funções, atribuem aos receptores uma margem de acção e de iniciativa ilimitadas. É importante não correr o risco de, ao rejeitar a perspectiva das crianças como vítimas passivas da televisão, adoptar simplesmente a perspectiva oposta. Ambas apresentam uma 'ideia' homogénea e indiferenciada de criança, sendo necessário, em qualquer dos casos, considerar que são sempre crianças específicas, vivendo em circunstâncias sociais, culturais e históricas também específicas. Neste sentido, torna-se importante recordar a célebre afirmação de Wilbur Shcramm (1965), segundo a qual, mais importante do que saber o que a televisão faz às crianças é saber o que as crianças fazem com a televisão.

Tendo por base contributos de investigações nacionais e estrangeiras, tem sido nossa preocupação, e nosso objectivo, elaborar um quadro de investigação que contemple uma abordagem multidisciplinar da relação entre as crianças e a televisão. Desta forma, temos vindo a procurar uma articulação de três grandes vertentes:

- **As audiências:** procurar uma abordagem contextualizada das práticas televisivas, neste caso, as práticas e experiências televisivas da audiência infantil. Analisar os modos e condições em que as audiências – nomeadamente as crianças – se relacionam com a televisão.
- **A dimensão institucional da televisão:** estudar os critérios e orientações da programação, os profissionais que intervêm na concepção, produção e difusão, os dispositivos tecnológicos disponíveis, todo o tipo de mensagens produzidas e difundidas. Do ponto de vista da televisão para crianças, consideramos particularmente importante conhecer as lógicas e as tendências de programação desse espaço televisivo.
- **Os textos/mensagens:** analisar mensagens que a televisão veicula, ou seja, a respectiva programação. No que diz respeito às crianças, esta vertente abarca a análise de conteúdo de programas para a infância e de programas para adultos que as crianças vêem (por exemplo, análise de episódios de telenovelas) em termos de códigos utilizados, formatos, géneros e outros aspectos formais e processuais relacionados com a produção dos conteúdos televisivos; análise dos processos das formas como os programas se articulam numa programação e o 'discurso televisivo' que esta exprime; estudo das representações das crianças e da infância nas emissões para crianças, nas emissões para adultos e nos espaços publicitários, ou seja, como é que estas emissões abordam e constroem a criança telespectadora.

Estes três eixos permitem estruturar o quadro global de análise da relação crianças – televisão. Importante será que sejam vistos não como somatório de campos de estudo e

análise, mas, usando uma expressão de Manuel Pinto, *como vértices de um triângulo de relações possíveis e necessárias*.

Apresentamos de seguida dois estudos realizados neste domínio e que são os vértices de um triângulo que estamos a tentar construir. Apesar de serem investigações distintas, procurámos que mantivessem entre si as relações possíveis e necessárias para chegar a um quadro global de entendimento da relação crianças – televisão.

1. A recepção televisiva em estudo

Investigações desenvolvidas nas últimas décadas, e em diferentes países, sobre as audiências e suas práticas televisivas, coincidem em considerar a família como a principal instituição mediadora da interacção entre as crianças e a televisão. Estas pesquisas sugerem que os membros da família, sobretudo os adultos, exercem uma influência constante nas crianças, não só ao nível dos gostos e preferências televisivas, mas também dos modos de apropriação do que vêem na televisão. Sugerem também que a compreensão dos conteúdos televisivos e as aprendizagens que as crianças realizam através deste meio são mais efectivas e mais significativas quando os adultos partilham essa actividade e conversam sobre os programas com as crianças. Ao ver televisão com elas, ao estimular a discussão, ao clarificar dúvidas, ao ajudar a interpretar determinadas situações, ao orientar activamente as escolhas - o que no fundo faz parte das funções de socialização - os pais podem influenciar as experiências televisivas das crianças, controlando o impacto da televisão nas suas vidas, contribuindo para tornar a televisão num meio facilitador e promotor da aprendizagem.

St. Peters *et al.* (1991: 1422), com base nas conclusões de um estudo longitudinal com crianças entre os 3 e os 5 anos de idade sobre os padrões da actividade televisiva, sustentam que *“o contexto familiar é central para a socialização do uso da televisão pelas crianças mais novas. As famílias determinam não só o tempo de consumo televisivo das crianças, como também os tipos de programas e a qualidade da experiência televisiva”*

Tendo em conta estas premissas, e partilhando da opinião de diversos autores acerca da importância do contexto familiar ao nível dos usos da televisão pelas crianças, realizámos um estudo sobre os processos de mediação desenvolvidos pelas famílias em relação à actividade televisiva das crianças.

Centrámos o nosso estudo no quotidiano das famílias, perspectivando a televisão no quadro da vida familiar, no quadro das relações e interacções sociais, e não de forma isolada relativamente a estes aspectos. Sem nunca perder de vista este quadro, tivemos como principal objecto de interesse os processos de mediação desenvolvidos pelos pais em relação às experiências televisivas de crianças na faixa etária dos 3 - 6 anos de idade.

A entrevista semi-estruturada foi a técnica escolhida para a recolha de dados. Seleccionámos um grupo de 50 famílias, residentes no distrito de Braga (Norte de Portugal), baseando-nos fundamentalmente em três critérios: famílias de diferentes contextos geográficos, de meios económico-sociais diversos, e com filhos em idade pré-escolar.

Atendendo a que o conceito de mediação é um conceito chave neste estudo, consideramos importante defini-lo aqui, apresentando também os processos de mediação em que a pesquisa se baseou.

Conceito e processos de mediação

Na abordagem ao conceito de mediação seguimos as orientações de Desmond *et al.* (1985, 1990) e de Bryce e Leichter (1983). Assim sendo, entendemos por mediação os processos através dos quais os pais (e 'outros significativos') ajudam as crianças a filtrar, diluir, confrontar, interpretar e atribuir significado aos conteúdos dos media [mediatizados]. Envolve também as estratégias (directas e indirectas) de restrição e controlo das práticas televisivas das crianças.

Consideramos que através do confronto das percepções e interpretações das mensagens recebidas, as crianças podem desenvolver uma «competência» activa, crítica e criativa (e criadora) face à televisão. A mediação pode ser um processo estruturante da experiência televisiva da criança.

No que diz respeito a processos de mediação, identificámos na literatura (Weaver e Barbour, 1992) três formas distintas de mediação exercida na família em relação à televisão, a saber:

- **Mediação restritiva:** ocorre quando os pais controlam (limitando) a actividade televisiva das crianças em termos de tempo, de conteúdos e de tipos de programas que elas podem ou não podem ver. Envolve a implementação e a execução de regras em relação à actividade televisiva da criança.
- **Mediação avaliativa:** este tipo de mediação ocorre quando os pais e as crianças vêem televisão com um objectivo, discutem e interpretam os programas com as crianças. Este tipo de mediação proporciona às crianças uma compreensão crítica da televisão.
- **Mediação não-focalizada:** é o mesmo que mediação indirecta. Inclui as opiniões e posições dos pais acerca da TV em geral, e comentários genéricos a programas específicos, durante e após o visionamento. Compreende os hábitos e as atitudes dos pais em relação à TV. É a mediação pelo exemplo, pela observação. Exige pouco ou nenhum envolvimento por parte dos pais. Consequentemente, é casual, não deliberada.

A mediação restritiva e a avaliativa são formas directas de mediação pois exigem uma intervenção deliberada por parte dos pais (ou de quem exerce a mediação). A não-focalizada é uma forma indirecta de mediação.

É importante sublinhar que estas formas de mediação não são estanques. Numa família pode ocorrer um determinado tipo de mediação ou uma combinação dos três. Dada a necessidade de identificar a(s) forma(s) de mediação predominante(s) nas famílias, fizemo-lo com base na regularidade com que ocorrem no contexto familiar.

Discussão de alguns resultados

A análise dos dados da investigação empírica permitiu pôr em evidência aspectos de extrema importância para se compreender a forma como as crianças recebem e usam a televisão. Na impossibilidade de apresentar e discutir aqui todas as conclusões, seleccionámos as que nos parecem mais relevantes:

1. Das diferentes experiências que decorrem das posições sociais e culturais [distintas], levam a que as famílias atribuam significados, filtrem, interpretem e utilizem a televisão de diferentes modos. As práticas televisivas das famílias são, por isso, bastante diversificadas e encontram-se entrelaçadas com as práticas quotidianas. Pode dizer-se que a relação família - televisão é social e culturalmente mediada pelo quadro social da vida quotidiana.

2. As crianças vêem frequentemente a programação que lhes é especialmente mas vêem também, e com maior assiduidade, a programação familiar ou destinada a audiências. É sobretudo em relação a este tipo de programação que os pais exercem algum tipo de mediação. Quando o visionamento televisivo é realizado em conjunto (entre pais e filhos), e quando os programas são da preferência de ambos, há uma maior probabilidade de diálogo, de troca de impressões, de comentários, de esclarecimentos. Este dado levou-nos a recordar as palavras de François Mariet (1989: 86/87) quando diz que *“a verdadeira televisão das crianças é a televisão que as crianças vêem. Não se confunde necessariamente com a televisão produzida e difundida expressamente para elas. As crianças preferem frequentemente ver as emissões para adultos ou, pelo menos, para o público familiar”*. Ou seja: uma coisa são os programas emitidos pela televisão que têm a infância como destinatário privilegiado, e outra são os programas pelos quais as crianças se interessam, de que gostam, e que efectivamente vêem.

3. De uma forma geral, os pais desconhecem a programação destinada à infância, e até mesmo os programas infantis que os seus filhos vêem. As crianças habitualmente vêem esses programas sozinhas ou na companhia de irmãos; só pontualmente é que o fazem na companhia dos pais, apesar de solicitarem frequentemente a sua presença nesses momentos. Consequentemente, é pouco frequente ocorrer mediação em relação a este tipo de programação.

4. Das três formas de mediação contempladas - restritiva, avaliativa e não focalizada - a primeira é a mais utilizada pelos pais para controlar a actividade televisiva das crianças, todavia, a não-focalizada é a que ocorre com mais frequência no seio das famílias estudadas. Estes dados revelam-nos que os pais adoptam sobretudo atitudes e práticas de restrição, regulação e proibição em relação à televisão. Verificámos também que é mais frequente a restrição de determinados programas televisivos devido aos seus conteúdos (sobretudo de violência e sexo), do que a restrição do tempo de consumo.

A mediação não-focalizada ou indirecta é particularmente frequente durante o tempo de consumo, mas extravasa mesmo esse tempo. Esta forma de mediação exige menos implicação, menos envolvimento e menos intencionalidade por parte dos pais.

A mediação avaliativa, que implica um envolvimento mais activo por parte dos pais, é a que ocorre com menos frequência. No entanto, encontrámos pais que dizem conversar e comentar com os seus filhos os programas televisivos; que dizem preocupar-se em explicar às crianças os conteúdos e as mensagens dos programas no sentido de as ajudar a interpretar, a filtrar e a digerir certos assuntos mais problemáticos. Estes pais

concordam, e defende, que os seus filhos aprendem mais com a televisão quando vêm acompanhados e/ou quando têm oportunidade de comentar o que vêem. Todavia, esta forma de mediação é, comparativamente, menos frequente, e nem todos os pais estão conscientes, ou têm conhecimento, da sua importância e do papel que pode exercer ao nível das experiências televisivas das crianças.

5. Os hábitos e preferências televisivas das crianças são muito semelhantes aos dos seus pais, o que nos leva a corroborar a principal conclusão do estudo desenvolvido por St Peters *et al.* (1991) segundo a qual, como citámos anteriormente, “*as famílias determinam não só a quantidade de tempo que as crianças vêem, mas também os tipos de programas e a qualidade da experiência televisiva*”;

Em resumo, podemos concluir que a mediação que os pais, ou outros ‘adultos significativos’ na vida das crianças, realizam em relação à televisão que elas vêem pode influenciar, como era já suposição nossa e vários estudos o documentam, a experiência televisiva das crianças, os usos e as aprendizagens que elas fazem em relação ao que vêem.

A programação televisiva gera constantemente significados, mas nem todos os programas incidem da mesma forma em todas as crianças. As leituras feitas a partir das mensagens televisivas são diferentes consoante as crianças e as condições de recepção televisiva. A mediação pode ser um elemento chave para um uso crítico e criterioso da televisão.

2. O estudo da programação televisiva para as crianças

A investigação que acabamos de apresentar, e que analisou o lado de cá do ecrã, deixou em aberto um conjunto de questões e de problemas relativos ao lado de lá do ecrã, ou seja, questões relativas à programação oferecida pelas televisões aos mais novos. Sendo esta também uma dimensão fundamental para o estudo e compreensão da relação entre as crianças e a televisão, decidimos torná-la o nosso objecto de estudo e de investigação para o projecto de doutoramento, ainda a decorrer.

De uma forma geral, é nosso objectivo principal estudar a programação para a infância, nos 4 canais generalistas portugueses (RTP1, RTP2, SIC e TVI), entre 1992¹ e 2002. Mais especificamente, pretendemos conhecer e analisar “*os critérios explícitos e implícitos implicados na elaboração da programação especialmente dirigida à infância, incluindo quer as orientações seguidas na produção e/ou aquisição de programas, quer na ‘localização’ destes na ‘grelha’ de programação geral*” (Pinto, 1995: 380).

Pretendemos investigar o que ocorreu de significativo na programação destinada aos mais novos – em termos de origem, géneros, conteúdos, formatos, duração, e horários – com a entrada dos operadores privados de televisão. Queremos conhecer as tendências observáveis no plano dos conteúdos, do tempo, da localização desses tempos na grelha horária. Saber se existe, ou não, ao nível da oferta, uma pluralidade de produtos, em

¹ Em Portugal existe já um estudo, da autoria de Cristina Ponte, docente e investigadora no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, sobre programação e produção televisiva para crianças desde o aparecimento da televisão no nosso país, em 1957, até 1991, ano que antecedeu a entrada dos operadores privados de televisão em Portugal.

géneros, formatos e conteúdos, capazes de interessar e de ir de encontro às necessidades e capacidades dos diferentes segmentos etários. Saber em que medida aquilo que Kunkel (1993) apontava à televisão americana nos últimos anos (a redução da programação para a infância a séries de aventuras e comédias de situação sob a forma de desenhos animados), se aplica a Portugal, recém-saído da situação de monopólio estatal.

Propomo-nos também analisar a quem compete definir – e com base em que critérios – o que é produzido e difundido, conhecer as lógicas de programação do espaço televisivo dedicado à infância, e saber como os profissionais dos quatro canais em estudo, responsáveis por esta área, definem a audiência infantil.

Em termos metodológicos, o estudo contempla, numa primeira fase, a análise de conteúdo exaustiva de fontes documentais, como sejam, anuários das televisões, jornais e revistas especializadas em televisão.

Numa segunda fase, contempla a realização de entrevistas semi-estruturadas a profissionais ligados, directa ou indirectamente, a diferentes áreas da televisão para crianças.

Numa terceira fase, realizar-se-á a análise de programas emitidos para o público infantil pelos canais televisivos em estudo (dimensão dos textos/mensagens).

Atendendo a que a pesquisa está ainda em fase de desenvolvimento, não é possível apresentar resultados e conclusões. Contudo, uma primeira leitura dos dados permite-nos já delinear algumas tendências gerais que prevaleceram, na última década, na programação oferecida aos mais novos pela televisão generalista portuguesa.

Tendências da programação televisiva para as crianças na última década

No estudo da televisão para crianças há duas questões de fundo que se equacionam logo à partida: a concepção de criança e de infância dominante em cada época, e as funções da televisão na sociedade. Ambos os domínios registaram mudanças significativas nas últimas décadas.

Apesar das crianças já estarem presentes nos estudos de natureza sociológica, a infância só começa a ser considerada como categoria social e só ganha estatuto de objecto sociológico em finais do século XX. A partir da década de 90 o estudo das crianças deixou de estar limitado aos campos médico, psicológico e pedagógico, passando a considerar também o fenómeno social e cultural da infância. Desta forma, a par da crescente importância e visibilidade das crianças na sociedade, assiste-se, nos anos 90, a um desenvolvimento deste campo de estudos. A sociologia da infância veio desafiar o conceito unitário de criança, enfatizar a diversidade cultural e social dos mundos em que as crianças crescem e se desenvolvem, e reconhecer as crianças como sujeitos de direitos.

No que diz respeito à televisão, assistimos também, principalmente na última década, a mudanças significativas no panorama audiovisual. O actual quadro legal português, análogo ao que vigora na maior parte dos países da União Europeia, pôs termo à situação de monopólio estatal do exercício da actividade televisiva no princípio dos

anos 90, assistindo-se, a partir desta altura, a uma situação de concorrência entre operadores públicos e privados, cabendo ao operador público um conjunto de obrigações entendidas como «serviço público». O espaço dedicado aos mais novos não ficou alheio a este processo, sendo notórias as transformações neste sector. No que às crianças diz respeito, de acordo com o quadro legislativo português, apenas o serviço público de televisão se encontra expressamente obrigado a considerar a produção e emissão de programas dirigidos à geração mais nova, todavia, os canais privados têm apostado, embora de forma irregular, no público infantil.

Para além destas mudanças importa também ter presente que a televisão é um produto socialmente construído, em função de interesses específicos, de orientações programáticas, e de estratégias de controlo. A televisão, considerada por Perez Tornero (1994) como instituição, tecnologia, linguagem e discurso, produz uma determinada representação da realidade (que é apropriada de modos distintos pelos diferentes grupos sociais) em função de recursos e de regras diferenciadas, de um quadro concorrencial de mercado, e de diferentes formas de propriedade e de controlo.

As mudanças ocorridas ao nível da categoria social da infância e do próprio sistema televisivo têm, obviamente, implicações na programação que é pensada e oferecida aos mais novos, podendo mesmo ajudar a compreender as mudanças estruturais registadas na última década.

A análise dos dados, ainda incipiente, permite-nos traçar algumas tendências que marcaram a televisão para as crianças na última década em Portugal:

- Assiste-se a um aumento (que começou nos anos 80 e acelerou nos anos 90) da oferta televisiva para crianças, pelo menos em quantidade, não necessariamente em qualidade e diversidade. Este aumento é resultado do surgimento de novos operadores, mas também do alargamento das horas de emissão que contou mais com repetições e com a importação de programas do que com produção nacional. Por um lado, há uma competição crescente para atrair a audiência infantil; por outro, há uma pressão nos orçamentos, o que significa que há mais espaço nas grelhas para inserir programas mas pouco dinheiro para o fazer;

- valoriza-se sobretudo a faixa etária dos 7-10 anos. O público - alvo para os anunciantes é o grupo escolar dos 6-11 anos pelo que este segmento tem sido também o preferido dos programadores. As crianças são descobertas como um novo e valioso alvo de mercado; são vistas como uma influência significativa nas decisões de compra dos pais e como consumidores de direito próprio;

- verifica-se um decréscimo de produção própria e de produções europeias por contraponto a programas norte-americanos e japoneses apoiados em forte *merchandising* (de acordo com o relatório *Outlooks on Children and Media* (2001) organizado pela *International Cleringhouse on Children and Violence on the Screen*, em 1995 apenas 37% da programação para a infância provinha de produção própria e 62% consistia em importações. Destas, cerca de metade eram provenientes dos EUA.);

- verifica-se um predomínio do género aventuras e do formato animação em consequência da globalização do mercado televisivo para crianças e da proliferação dos chamados 'program-length commercials' ou 'toy-based programming' que se tornaram, em finais dos anos 80, o esteio da TV para crianças. A animação é fácil de dobrar

noutras línguas, é culturalmente menos específica do que a acção, e tem uma 'vida de prateleira' mais longa;

- a dobragem, quase sempre restrita a programas especialmente destinados aos mais novos, substitui a legendagem como forma de tratamento das séries de origem estrangeira;

- os canais para crianças usam apresentadores locais e programação local e breve para envolver o 'show' principal, mas a maior parte da programação é estrangeira no estilo e no conteúdo. Predominam os chamados programas federadores ou programas contenedores.

Estes aspectos são apenas o 'levantar do véu' do estudo da televisão para crianças. Por agora avançamos apenas com alguns dados fragmentários. Digamos que são dimensões relevantes do problema mas estão ainda longe de nos permitir construir um quadro analítico - teórico da televisão oferecida aos mais novos em Portugal.

Necessidades urgentes da televisão para crianças

As mudanças ocorridas ao nível da programação para os mais novos motivaram discussões públicas sobre a televisão oferecida a este público. As preocupações com os alegados malefícios da televisão nas gerações mais novas povoavam já o debate público sobre a relação das crianças com os media, mas era sobretudo a programação dirigida à audiência adulta que era colocada em questão. A preocupação com a programação para os mais pequenos é relativamente recente tendo sido suscitada sobretudo pelos efeitos provocados pelo clima de concorrência que se instalou entre os canais.

Nestes debates levantam-se normalmente questões em torno de dois temas principais: a qualidade (onde se discute também a questão da violência) e a diversidade.

Estas duas categorias estão estritamente ligadas; vários autores defendem que uma programação de qualidade é uma programação que aposta na diversidade, a vários níveis: dos conteúdos, das temáticas, dos géneros oferecidos, e do público - alvo dos programas. O que se tem verificado é que a programação para as crianças tem perdido muito a este nível; há pouca diversidade na oferta televisiva para crianças. Os programadores têm procurado dar resposta preferencialmente aos gostos da maioria; as suas preocupações têm incidido mais naquilo que as crianças *querem* do que naquilo que as crianças *precisam*. As crianças são vistas mais como um mercado do que como um público. Tem-se revelado difícil conciliar interesse e desejo; o aspecto lúdico com o formativo. Tem sido custoso para os programadores aceitar que a acção, o humor e a fantasia não têm que andar amarrados à violência gratuita e descontextualizada.

No que diz respeito à qualidade, à parte a centralidade do termo nos debates sobre a televisão para crianças e a sua inscrição na legislação, há muita incerteza e confusão acerca de como se deve actualmente definir (e medir) a qualidade dos programas e das programações. Com base em estudos recentes neste domínio, é possível sublinhar o que seria desejável oferecer num espaço televisivo de qualidade dedicado aos mais novos, sobretudo num espaço de televisão pública em que se supõe a correspondência entre serviço público e qualidade de programação.

Uma das vias para garantir a qualidade da televisão para as crianças passa por apostar numa programação pensada e decidida em função das experiências de vida e das capacidades das crianças de diferentes faixas etárias e não (apenas) dos índices de audiência. Passa por uma programação emitida em períodos regulares e em tempos que as crianças estão disponíveis para ver televisão; por uma programação que associe o entretenimento à difusão de conteúdos dirigidos aos interesses e necessidades dos diversos segmentos da audiência infantil. Passa por uma programação que contrarie a tendência para a uniformização e massificação da oferta, proporcionando programas não directamente ditados pelos objectivos da exploração comercial.

Os sociólogos da infância, como já tivemos oportunidade de referir, enfatizaram a diversidade dos mundos sociais e culturais das crianças. Uma outra via para assegurar a qualidade passa por reconhecer esta diversidade de contextos, de experiências, de necessidades, de interesses e de desejos. As crianças precisam de uma diversidade criativa ao nível dos conteúdos, do formato, do estilo, e das personagens. Precisam de programas que estimulem a sua imaginação, que as acompanhem no seu desenvolvimento pessoal e social, que transmitam valores ajustados à sociedade em que vivem, e que lhes permita estender e alargar as suas informações e os seus conhecimentos. Todas estas necessidades devem, é claro, ser colocadas num quadro de entendimento de que as crianças não são recipientes passivos de uma cultura gerada pelos adultos para o seu suposto bem-estar, mas actores sociais no seu próprio direito.

A televisão para crianças deveria, na nossa perspectiva, colocar uma maior ênfase nos direitos das crianças: inspirar-se nas próprias perspectivas das crianças e auscultar as suas opiniões para que, através da televisão, elas possam ver, ouvir e expressar, a si próprias, a sua cultura, as suas linguagens, e as suas experiências de vida. No fundo, atender aos direitos inscritos na *Convenção sobre os Direitos das Crianças* aprovada pela ONU: direito das crianças à opinião, à participação nos assuntos que lhes dizem respeito, à consulta directa.

Não podemos deixar de considerar a oferta televisiva e mediática em relação com os graves problemas de carência de ofertas e de espaços para o jogo e a construção da autonomia das crianças pelo que devemos exigir uma programação de qualidade, sensível à diversidade sócio-cultural do público infantil. No plano da programação televisiva, as tendências gerais que prevalecem num determinado momento são resultado de escolhas e de critérios que decorrem, em certa medida, de relações de poder e de interdependência, mas há princípios e pressupostos que não podem ser abandonados.

Referências Bibliográficas

- BRYCE, J.; LEICHTER, H. (1983): «The Family and Television: Forms of Mediation», In *Journal of Family Issues*, vol.4, 2; 309-328.
- DESMOND, R.; SINGER, J.; SINGER, D. (1990): «Family Mediation: Parental Communication Patterns and the Influences of Television on Children», In BRYANT, J. (Ed.): *Television and the American Family*. Hillsdale, Erlbaum, 293-309.

- DESMOND, R.; SINGER, J.; SINGER, D.; CALAM, R.; COLIMORE, K. (1985): «Family Mediation Patterns and Television Viewing - Young Children's Use and Grasp of the Medium», In *Human Communication Research*, 11; 461-480.
- KUNKEL, D. (1993): «Policy and the Future of Children's Television», In Gordon, B.; Asamen, J. (Eds.), *Children and Television: Images in a Changing Sociocultural World*, Newbury Park, Sage, 273-290.
- MARIET, F. (1989): *Laissez-les Regarder la Télé*, Paris, Calmann Lévy.
- MCQUAIL, D. (1983): *Introducción a la Teoría de la Comunicación de Masas*, Barcelona, Ediciones Paidós.
- PEREZ TORNERO, J. (1994): *El desafío Educativo de la Télévision: para Comprender y Usar el Medio*, Barcelona, Ediciones Paidós.
- PINTO, M. (1995): *A Televisão no Quotidiano das Crianças*, Tese de Doutorado em Ciências da Comunicação, Braga, ICS – UM
- PINTO, M.; Pereira, S. (1999): «As Crianças e os Media no Pós 25 de Abril: Discursos, Percursos e Silêncios», In PINTO, M.; SARMENTO, M. (Coord.), *Saberes sobre as Crianças – para uma bibliografia sobre a infância e as crianças em Portugal (1974-1998)*, Braga, CESC.
- SCHRAMM, W.; LYLE, J.; PARKER, E. (1965): *Television para los Niños*, Barcelona, Editorial Hispano-Europea.
- ST. PETERS, M.; FITCH, M.; HUSTON, A.; WRIGHT, J.; EAKINS, D. (1991): «Television and Families: What do Young Children Watch with their Parents?» In *Child Development*, 62; 1409-1423.
- Von FEILITZEN, C.; BUCHT, C. (Comp.) (2001): *Outlooks on Children and Media*, Göteborg, The UNESCO International Clearinghouse on Children and Violence on the Screen – NORDICOM.
- WEAVER, B.; BARBOUR, N. (1992): «Mediation of Children's Televiewing», In *Families in Society: The Journal of Contemporary Human Services*; 73, 236-242.